

de vista, y con çelo y curiosidad [he] observado²⁴⁶ todo quanto aquí e referido, en lo qual suplico a Vuesa Magestad y a su Real Consejo de Estado reçivan la buena voluntad i intençión con la qual, como ignorante, habré podido herrar, aunque todo quanto he dicho es puntualmente la verdad.

García de Silva y Figueroa e o contexto da sua passagem por Lisboa

JOSÉ MANUEL GARCIA *

García de Silva y Figueroa foi parco nas referências que fez a Lisboa depois de por aí passar em 1614, pois para ele a cidade foi apenas o porto de embarque para a viagem que lhe iria permitir a realização da sua missão à Pérsia.¹

Desde os inícios de Março de 1614 que os tripulantes das cinco naus da carreira da Índia ancoradas no “rio de Lisboa” prontas para zarpar viveram momentos de grande ansiedade e inquietação, devido aos ventos Sul e Sudoeste, acompanhados de chuva, que então impediam a saída da barra. No decorrer dessa longa espera chegou mesmo a recear-se que não pudessem partir, repetindo assim o malogro da armada do ano anterior, que tivera de arribar. A 5 de Abril de 1614, contudo, o vento Norte surgiu e logo o capitão-mor da armada, D. Manuel Coutinho, certamente por conselho do experiente piloto Gaspar Ferreira Reimão, deu ordem para que da nau capitania, a *Nossa Senhora da Luz*, se disparassem duas peças da artilharia, o que constituía o sinal para mandar embarcar aqueles que ainda permaneciam na cidade.

O embarque dos tripulantes realizou-se de imediato mas ainda assim o vento Sudoeste voltou a ameaçar a manobra da partida, pelo que esta só foi retomada na noite de 7 de Abril, em que reapareceu o vento de Nor-Nordeste e Norte, levando a que se recobrasse a esperança de sair no dia seguinte, como de facto veio a acontecer. Três das cinco naus da armada – a *Nossa Senhora da Luz*, a *Nossa Senhora dos Remédios* e a *Nossa Senhora de Guadalupe* – estavam então fundeadas frente ao sítio de São Paulo, em posição que seria próxima do local onde actualmente atracam os cacilheiros no aterrado Cais do Sodré. Foi pelas 8 da manhã dessa terça-feira 8 de Abril de 1614 que aquelas naus saíram dali, ainda que por o vento ser fraco tivessem de ser rebocadas por galés até conseguirem sair da barra do Tejo. As outras duas naus da armada – a *São Boaventura* e a *São Filipe* – ainda tiveram de ficar surtas em frente a Belém, com a intenção de saírem no dia seguinte, quando estivessem disponíveis as

²⁴⁵ B: ‘testimonio’.

²⁴⁶ B: ‘observando’.

* Gabinete de Estudos Olisiponenses, Lisboa.

¹ *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa [...]*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, pp. 1-3.

galés para serem igualmente rebocadas, o que só viria a acontecer no dia 10 de Abril, segundo o registo de várias relações de armadas e o testemunho de António Bocarro, que chegou a dar esse dia como sendo o da partida da armada,² tendo também registado que “de mais de três mil soldados que se embarcaram em Lisboa nestas cinco naus, não chegaram à Índia mil e quinhentos”.³

Ao entardecer do dia 8 de Abril o vento Noroeste tornou possível que as três naus que já estavam fora da barra rumassem a Su-sudoeste, registando então Figueroa a admiração que sentiu ao ver “as altas e formosas montanhas de Sintra”, a que se seguiu a surpresa de uma apressada chegada nocturna de “alguns barcos à capitania com muitos que tinham ficado em terra, que com muito trabalho e perigo puderam apanhar a nau”.

Figueroa ao deixar Lisboa tinha consciência de que os portugueses estavam desagradados com a sua situação, pois sendo ele castelhano achavam mal que tivesse sido o escolhido por Filipe III de Espanha para dirigir uma missão diplomática no âmbito da esfera do Estado da Índia, que pertencia ao governo exclusivo dos portugueses. O diplomata terá preferido menosprezar tal contrariedade e não se lhe refere, apesar da tensão face à sua pessoa ter sido afirmada peremptoriamente numa *Relacion de la embaxada que hiço en Persia Don Garcia de Silva y Figueroa*, em que depois de se aludir a que o vice-rei do Estado da Índia mostrou reservas relativamente ao prosseguimento da sua jornada como embaixador se afirmava: “como também se conheceu isto aqui em Espanha antes da partida do dito embaixador, não vendo bem a nação portuguesa que se enviasse esta embaixada à Pérsia pela coroa de Castela”.⁴ O próprio Figueroa acabou por patentear nos seus *Comentarios* as dificuldades por que passou perante a “*Mala voluntad de los portugueses á las cosas de España*”,⁵ pois estes não queriam ser de qualquer forma confundidos com os espanhóis já que “*quando se offrecia nombrar à sua Magestad Catholica, no dezian rey de España, sino rey de Portugal, como lo hazen em todas las ocasiones otras en que se offreçia nombrallo*” e que “[...] *no solo aborreçen la union con la monarchia de España, pero por ningun caso quieren nombrarse ni ser tenidos por españoles*”.⁶ Verificamos assim as dificuldades da missão de Figueroa, fidalgo que sublinhava a sua con-

dição de primeiro “*Enbaxador de España*” ao Xá Abbas, um monarca que ia desiludindo cada vez mais os portugueses da época e que o classificariam como um muçulmano ambicioso pautado pelo cinismo, o oportunismo, a ganância e a hipocrisia. O desfecho do processo diplomático que então estava em curso acabou em 1622 com a tomada de Ormuz pelos persas, graças à decisiva e igualmente hipócrita atitude dos ingleses, que, sedentos de benefícios económicos, atraíram os seus alegadamente “tradicionais” aliados portugueses.

A já referida má vontade dos orgulhosos portugueses relativamente à embaixada de Figueroa também esteve patente em posições assumidas por Frei António Gouveia, homem experiente nas coisas da Pérsia e que em 1610 estivera em Lisboa e Madrid a tratar de uma embaixada em que acalentou a vã esperança de uma aliança com os persas, no sentido de se combater um inimigo comum como eram os turcos.⁷

Filipe III de Espanha ao decidir enviar a pomposa missão de Figueroa estava então preocupado com a armada em que ele ia embarcar, como se verifica pela carta que a 25 de Fevereiro de 1614 enviou a D. Nuno Álvaro de Portugal, então presidente da Câmara municipal de Lisboa,⁸ que tinha por vereadores Fernando Aires de Almeida, Francisco da Fonseca, Gonçalo de Faria e Simão Vale.⁹ Nessa carta o rei pedia que a Câmara realizasse todas as diligências possíveis no sentido de minimizar os prejuízos que a fazenda tivera de acarretar com a arribada da armada da Índia do ano anterior, pelo que se deveria evitar que o mesmo pudesse acontecer com aquela que nesse ano “há-de ir à Índia”, enquanto se deveria diligenciar na venda da pimenta que viera em duas naus.

Como já observámos, as naus de 1614 acabaram por partir tardiamente para a Índia a 8 e 10 de Abril tendo sido pouco mais de dois meses depois desse acontecimento, a 18 de Junho de 1614, que o rei escreveu uma nova carta ao presidente da vereação da Câmara com a indicação de ter dado o cargo de vice-rei de Portugal ao arcebispo Dom Frei Aleixo de Meneses, agostinho que viera da Índia a 10 de Julho de 1611.¹⁰ A 16 de Julho de 1614, o rei enviou mais uma carta a solicitar a atenção do presidente da Câmara para um assunto que classificou de “tão importante a meu serviço e ao bem comum dos moradores dessa cidade e de todos os vassallos e naturais desse reino”. Tratava-se mais uma vez da sua viagem a Lisboa que desde há alguns anos se vinha tentando planear, como o denuncia a resposta que a Câmara logo lhe enviou a

² António Bocarro, *Década XIII da História da Índia*, ed. Rodrigo José de Lima Felner (Lisboa, 1876), p. 324.

³ Bocarro, *Década XIII*, p. 326.

⁴ Traduzimos esta passagem do texto publicado em *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (5 vols., Lisboa, 1960-1975), vol. I, p. 139. De assinalar ainda como fonte da viagem de Figueroa uma relação manuscrita que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, cod. 580, sobre a qual escreveu Manuel Ruela Pombo em *União Ibérica: Oriente (1613-1626): subsídios históricos* (Lisboa, 1957), sendo de registar o interesse deste autor pela história desta embaixada.

⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 357.

⁶ *Comentarios*, vol. II, pp. 360-361.

⁷ Sobre esta missão, ver o que escrevemos em “Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse”, in *Revisiting Hormuz: Portuguese interactions in the Persian Gulf region in the early modern period*, ed. Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (Wiesbaden, 2008), pp. 205-215.

⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa* (17 vols., Lisboa, 1882-1911), vol. II, pp. 333-334.

⁹ *A evolução municipal de Lisboa* (Lisboa, 1996), p. 74.

¹⁰ Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 374-375.

26 de Julho de 1614.¹¹ Neste documento esclarecia-se o empenho na realização da prometida visita e que o assunto havia sido tratado com o vice-rei, tal como a delicada questão que lhe estava subjacente: a da muito elevada quantia que para esse efeito o rei queria receber dos portugueses. A cidade estava à espera dessa presença sucessivamente adiada e declarava com toda a clareza o interesse que nela tinha porque “havia de resultar fazer-lhe vossa majestade de lhe mandar guardar os seus privilégios e outras mercês que esperamos da grandeza e cristandade de vossa majestade”, alimentando assim a esperança de benefício, face aos sacrifícios que estavam a fazer e não deveriam ser ludibriados, sob pena da grave e danosa desilusão que daí se seguiria.

A necessidade do rei ir a Portugal era tanto mais premente em 1614 quanto nos anos anteriores a posição dos lisboetas face a Filipe II de Portugal começara a patentear desagrado ao verem que desde 1606 Madrid assumira o estatuto de capital da Península Ibérica.¹² Foi nesse ambiente que Pêro Roiz Soares recordou que a 31 de Janeiro de 1608, “estando D. Cristóvão de Moura em Madrid tornaram a mandar por visorei a este reino e entrou [...] nesta cidade, mas não com as festas que lhe fizeram da primeira vez”.¹³ Este fidalgo fora um dos principais obreiros da ascensão ao trono português de Filipe II de Espanha e mandara fazer em 1585 um grande palácio conhecido por Palácio Corte Real no Corpo Santo, frente à Ribeira das Naus e ao Paço da Ribeira, com o qual concorria em grandeza. Este conjunto arquitectónico monumental terá sido o que mais impressionou Figueroa (cf. Figura 1).

D. Cristóvão de Moura voltou a partir para Madrid a 10 de Fevereiro de 1612 e em seu lugar ficou a governar D. Pedro de Castilho, inquisidor-mor. O vice-rei acabou por falecer em Madrid a 26 de Dezembro de 1613, tendo então sido substituído por D. Frei Aleixo de Meneses, que entretanto também tinha ido a Madrid, voltando a Lisboa a 6 de Julho de 1614 e mantendo-se no governo até Julho de 1615. Nesta altura foi nomeado para o cargo de vice-rei de Portugal D. Diogo da Silva e Mendonça, conde de Salinas, ficando interinamente no cargo D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa. Perante a nomeação do conde de Salinas, a Câmara de Lisboa apresentou o seu protesto indignado em carta enviada ao rei a 7 de Setembro de 1615, alegando que tal fidalgo por ser castelhano não deveria ocupar tal cargo e voltava a exigir a corte em Lisboa.¹⁴ Em 1616, o conde de Salinas passou a ter o título de marquês de Alenquer e no ano seguinte foi para Portugal, levando a que o presidente

¹¹ Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 335-336.

¹² Sobre a Lisboa seiscentista e a sua iconografia, ver o que escrevemos em *Lisboa do século XVII “a mais deliciosa terra do Mundo”: Imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira* (Lisboa, 2008); e sobre a conjuntura considerada, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (17 vols., Lisboa, 1977-2007), vol. IV, pp. 70-91.

¹³ *Memorial de Pêro Roiz Soares*, ed. M. Lopes de Almeida (Coimbra, 1953), p. 403.

¹⁴ Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 351-354.

da Câmara de Lisboa, D. Nuno Álvares de Portugal, acabasse por se demitir das funções que desempenhava.¹⁵

Por estes anos Lisboa desejava voltar a ser a sede da corte como compensação da perda do protagonismo que gozara até 1580 e para ultrapassar as dificuldades conjunturais que então se sentiam no império português. O soberbo torreão apalaçado que Filipe I de Portugal mandou construir para substituir a torre manuelina erguida em 1508 passou a ser um símbolo de poder na Lisboa Filipina, cidade que exigia a presença do rei, sem a qual dificilmente se poderia esbater a forte rivalidade luso-espanhola que aí se fazia sentir (cf. Figura 2). Figueroa ao deixar Lisboa rumo a essa outra Lisboa que os portugueses haviam erguido em Goa, teria necessariamente de sentir as aspirações da capital portuguesa a um papel mais importante nos impérios ibéricos. O embaixador poderia até ter lido em Lisboa, senão mesmo em Madrid, onde o rei tinha um exemplar, o livro que Luís Mendes de Vasconcelos publicara com o título *Do sítio de Lisboa: Diálogos*, obra que teve as suas primeiras aprovações para impressão a 4 de Novembro de 1607 e as licenças finais em 5 de Março de 1608.¹⁶ O principal objectivo deste autor consistia em alterar a recente decisão de Filipe III de Espanha em declarar Madrid sede da corte, pois considerava que tal situação deveria recair sobre Lisboa, por ser mais adequada ao estatuto de capital dos impérios que dirigia. Com efeito e logo no prólogo aos “leitores”, entre os quais se esperava ter o próprio rei, realçava-se a importância geo-estratégica de tal opção, que era justificada da seguinte forma:

[...] porque, entendendo quanto convém a esta monarquia voltar sua majestade todo o seu entendimento às coisas do mar; e que todas se farão melhor com a sua presença; e que esta cidade com ela receberá grandíssima utilidade (pois, quando não tiver outra basta a de servir o seu Príncipe aonde ele veja o seu fidelíssimo ânimo): pareceu-me que seria coisa utilíssima mostrar como a cidade de Lisboa é mais apta para as coisas do mar, a respeito desta monarquia, que outra alguma, e que nela terá abundantemente a corte de sua majestade não só tudo o que para sustento comum é necessário, mas as mais preciosas coisas do Mundo, e el-rei as melhores recreações que se podem desejar: para que por todas estas razões se reconheça que esta cidade é mais digna que todas, da sua assistência¹⁷.

Para Luís Mendes de Vasconcelos a posição de eleição de Lisboa era resultado da própria Providência divina, que a talhara para os mais altos desígnios, afirmando nesse sentido que:

¹⁵ Serrão, *História de Portugal*, vol. IV, p. 85.

¹⁶ Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, ed. José Felicidade Alves (Lisboa, 1990).

¹⁷ Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 23.

[...] não posso deixar de me persuadir que com particular providência Sua criasse este sítio, para nele se levantar a cabeça do império, a qual não pode estar senão em uma cidade copiosíssima de habitantes, e essa é impossível sustentar-se sem ter abundantemente todas estas cousas referidas.¹⁸

Depois de extensas considerações centradas nas vantagens das suas boas condições de salubridade, abastecimento e defesa, que levavam a um crescimento da cidade para ocidente, fazendo surgir bairros novos como o da Lapa, o autor concluiu a obra com a inevitável afirmação de que:

Pelo que, sendo a cidade de Lisboa por natureza de sítio fortíssimo, ajuntando-se-lhe a arte semelhante, fazendo de todas um ternário e unívoco suposto, far-se-á, segundo a natureza do número, eterna, conforme a sua espécie. E assim, não só pelas suas naturais disposições, mas pela excelência da sua perpetuidade, é digna e ser cabeça do império de toda a Terra.¹⁹

O enaltecimento desta supremacia mundial relacionava ainda a cidade com os Descobrimentos, em que mais uma vez ocupava um lugar privilegiado, tendo mesmo o autor considerado alegoricamente e numa feliz expressão que Lisboa constituía os “olhos” da Europa:

E considerando os filósofos e geógrafos a esta semelhança o Mundo, fazem do Oriente a mão direita, do Ocidente a esquerda e do pólo ártico a cabeça; e a este respeito, Europa está na parte superior, presidindo às mais, como cabeça de todas: pelo que os geógrafos dela começam a descrição deste corpo do mar e terra como a principal dele. E assim Estrabo dá princípio à descrição da sua geografia dizendo que se deve começar de Europa, porque excede às mais partes do Mundo. E separando Europa delas, os que assim a consideram a fazem semelhante a um dragão, segundo a situação das suas partes, do qual Espanha é a cabeça; e nessa está Lisboa no lugar dos olhos, mostrando que ela deve ser guia e luz das mais partes da Europa, pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no efeito se lhe deve a mesma semelhança; que, assim como os olhos são como portas ou janelas da alma, por onde tem notícia das cousas sensíveis, esta nobilíssima cidade está na foz do Tejo, e metendo ele as suas águas no mar oceano é a sua foz como porta a toda a Espanha e a toda Europa, por onde recebem as nações dela notícia de muitas cousas que neste grandíssimo mar até nossos tempos estiveram escondidos: e assim por ela entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas promontórios, reinos províncias e nações de que se não sabia.²⁰

¹⁸ Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 131.

¹⁹ Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 162.

²⁰ Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, pp. 33-34.

Alguns anos depois da edição da obra de Luís Mendes de Vasconcelos o rei sempre acabou por vir a Portugal em 1619, evento que foi alvo de numerosas obras, de entre as quais se destacou o livro publicado por João Baptista Lavanha em versões castelhana e portuguesa, neste caso com o título *Viagem da Catholica Real Magestad del rei D. Filipe II N. S.* Ambas as versões foram impressas em Madrid, em 1622, estando a dedicatória de Lavanha a Filipe IV de Espanha datada de Madrid a 7 de Março de 1622, ainda que as licenças já tivessem sido passadas nesta cidade entre 13 de Junho de 1621 e 24 de Janeiro de 1622. Nesta obra descrevem-se todas as faustosas festividades que acompanharam a recepção prestada ao rei, tendo o cuidado de registar que quando este chegou à porta da cidade, por onde deveria entrar, estava a aguardá-lo o doutor Inácio Ferreira, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, que o recebeu com um discurso em que entre outras considerações, a propósito da vinda do rei a Lisboa desejava:

[...] que esta entrada seja tão próspera e temida dos inimigos como era de nós desejada e para toda Espanha necessária. Digo, senhor, para toda Espanha porque seu amparo e aumento consiste em vossa majestade fazer cabeça do seu império esta antiga e ilustre cidade, mais digna dele que todas as do Mundo, assistindo aqui com sua real corte, pois é o coração e meio de todos os seus Estados, donde se poderá com mor facilidade acudir a todas partes sem se perder ocasião.²¹

Segundo Lavanha, “A toda esta prática esteve sua majestade com muita atenção e baixando Inácio Ferreira um degrau, sua majestade lhe deu as graças e que se lembraria do que lhe havia dito e lhe faria mercê”. A verdade é que pela falta de lembrança que manifestou em dar relevo a Lisboa, o rei revelou bem que, de acordo com a expressão popular, aquelas palavras lhe entraram por um ouvido e saíram pelo outro. A esperança que os representantes de Lisboa então manifestaram de que a cidade ainda pudesse vir a ser a capital de Espanha foi-se rapidamente esfumando e os pesados encargos com o dinheiro pedido tiveram de ser colmatados com grandes sacrifícios.

Foi ainda na sequência da visita do rei a Lisboa que o padre Frei Nicolau de Oliveira compilou muitas informações sobre a cidade, tendo em vista mostrar de forma exaustiva a grandiosidade da capital portuguesa e assim justificar as aspirações imperiais que continuava a reivindicar, tendo-as publicado em 1620 com o pomposo título de *Livro das grandezas de Lisboa*.²² A partir dos dados estatísticos que aí se apresentam foi possível calcular que a população de Lisboa poderia então rondar os

²¹ João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestad del rei D. Filipe II N. S.* (Madrid, 1622), fl. 22v.

²² Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, ed. Maria Helena Bastos (Lisboa, 1991), com fac-símile da 1ª edição e texto actualizado, e com prefácio de Francisco Santana.

150 000 habitantes, ultrapassando assim os números das restantes cidades da Península Ibérica.²³

O padre frei Nicolau de Oliveira aproveitando a recente experiência portuguesa do rei voltou-lhe a recordar na mencionada obra a necessidade da sua presença em Lisboa, quando, a propósito do Paço da Ribeira, referiu como o pai:

D. Filipe I de Portugal (prudentíssimo que era) viu como era importante a presença da pessoa real neste paço; mandou então fazer (fora dele ao fim de um grande corredor que estava feito) um forte de pedraria, da melhor e mais perfeita obra quer dentro quer fora da Europa; daí poderia ver o que se fazia; mas também lhe serviria de recreação, vindo dali quase todo o rio e as embarcações, tanto para Oriente como para Ocidente.²⁴

A imagem desta Lisboa grandiosa e ambiciosa que Figueroa viu foi registada visualmente num desenho de Domingos Vieira Serrão traçado na sequência do desembarque de Filipe II a 29 de Junho de 1619 no Terreiro do Paço, sendo por isso que tal representação foi centrada nessa famosa praça.²⁵ Esse trabalho foi de seguida passado a gravura em Madrid por Hans Schorken com a legenda “DESENBARCAÇION DE SU M. EN LISBOA. Debuxada por Domingos Vieira Pintor del Rey y cortada por Ion Schorquem”, sendo integrada no mencionado livro de Lavanha (cf. Figura 3). Essa mesma vista, sem o desembarque régio, surgiu ainda numa enorme pintura votiva a óleo sobre tela da autoria de Domingos Vieira Serrão, associado a Simão Rodrigues, com a legenda: “Nossa Senhora de Porto Seguro velando pela cidade de Lisboa e pelo comércio fluvial” (cf. Figura 4). Esta obra-prima do final do maneirismo português foi encomendada cerca de 1620 para a capela do mercador francês Antoine Magnonet na igreja de São Luís dos Franceses, que acabara de ser construída em 1619.²⁶

A Lisboa de onde saiu Figueroa em 1614 era um cidade marcada por muitas crendices, em que se dava grande destaque a acontecimentos como o da redescoberta nesse ano das relíquias de São Vicente, que estavam na Sé desde o século XII,²⁷ mas foi também o local em que ocorreu um acontecimento cultural da maior importância como foi o da edição póstuma da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Esta obra saiu à luz dos prelos pouco tempo depois de a 26 de Fevereiro de 1614 lhe ter sido

²³ António Borges Coelho, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI* (Lisboa, 1986), p. 44.

²⁴ Oliveira, *Livro das grandezas*, fl. 77v.

²⁵ Sobre este pintor, cf. Vítor Serrão, “A pintura proto-barroca em Portugal, 1612-1657”, dissertação de doutoramento policopiada (2 vols., Universidade de Coimbra, 1992), vol. I, pp. 186-189.

²⁶ Serrão, “A pintura proto-barroca em Portugal, 1612-1657”, vol. I, p. 187.

²⁷ *Memorial de Pêro Roiz Soares*, p. 407.

acrescentada uma dedicatória,²⁸ e Figueroa, sendo um erudito e curioso por novidades, talvez já a pudesse ter visto e, quem sabe, levado consigo para com a sua leitura conhecer o Oriente e amenizar a monotonia dos quase sete longos meses no mar que durou a sua viagem para a Índia.

Perante a antipatia que muitos portugueses lhe revelaram, a tomada de opções discutíveis e as respostas que os persas lhe deram, Figueroa acabou por ver malograda a sua missão e passados dez anos da sua partida de Lisboa regressou à Europa, mas já não voltou a ver a capital portuguesa, pois faleceu no mar pelas 8 horas da noite do dia 22 de Julho de 1624, antes de chegar aos Açores. No seu espólio literário ficavam manuscritos uns notáveis *Comentarios* e um pequeno volume que escrevera em Goa em 1615 intitulado *Hispaniacae historiae breviarium*, que foi impresso em 1628 em Lisboa.

²⁸

Sobre a *Peregrinação*, cf. a nossa apresentação in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação* (fac-símile da 1ª edição), ed. José Manuel Garcia (Maia, 1995).